



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0355/18	DATA: 22/05/2018	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 15h16min	TÉRMINO: 16h40min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA PAULA GONÇALVES - Presidente da Atletas pelo Brasil.
EMANUEL FERNANDO SCHEFFER REGO - Membro da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil — COB
MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO - Presidente da Confederação Brasileira de Vela — CBVela
RUI CAMPOS DO NASCIMENTO - Membro da Comissão Nacional de Atletas — CNA, do Ministério do Esporte.
MARIO DRUMOND COELHO - Advogado e autor de dissertação de mestrado sobre a participação dos atletas no colégio eleitoral de entidades esportivas.
DEBORAH DIAS DE SOUZA - Representante da Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos.
AGUSTIN DANZA - CEO da Confederação Brasileira de Rugby.
RAIMUNDO DA COSTA SANTOS NETO - Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

SUMÁRIO

Debate sobre a participação dos atletas no colégio eleitoral das entidades nacionais de administração do desporto.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ou expressão ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todos e a todas.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, já com algum atraso. Peço desculpas, porque hoje é um dia um pouco atípico nesta Casa em razão da Marcha dos Prefeitos e da greve dos caminhoneiros. Isso está dando um tempero diferenciado nesses dois dias.

Mas, sem maiores delongas, eu queria dizer que esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 211 e 219, de 2018, de iniciativa do Deputado Valadares Filho e de minha iniciativa, Deputado Arnaldo Jordy. A audiência visa debater a participação dos atletas no colégio eleitoral das entidades nacionais de administração do desporto.

Para dar início às apresentações, convido para tomar lugar à mesa a Sra. Maria Paula Gonçalves, a Magic Paula, nosso ídolo. Ela é Presidente da Atletas pelo Brasil. Seja bem-vinda, querida. (*Palmas.*)

Eu queria convidar também o Sr. Emanuel Fernando Scheffer Rego, membro da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil — COB. (*Palmas*) Ele já é titular desta Comissão. (*Riso.*) Seja bem-vindo.

Eu queria convidar o Sr. Marco Aurélio de Sá Ribeiro, Presidente da Confederação Brasileira de Vela. (*Palmas.*) Seja muito bem-vindo. Obrigado pela presença.

Eu queria convidar o Sr. Rui Campos, membro da Comissão Nacional de Atletas, do Ministério do Esporte. Seja também muito bem-vindo. (*Palmas.*)

Há um problema evidente ao olhar de todos: a limitação de espaço. Por conta disso, os demais convidados estarão sentados em parte da primeira fila. Peço que se considerem também membros da nossa Mesa.

Eu queria anunciar como integrantes da Mesa, embora sentados na primeira fila, o Sr. Mario Drumond Coelho, advogado e autor de dissertação de mestrado sobre a participação dos atletas no colégio eleitoral de entidades esportivas; a Sra. Deborah Dias de Souza, representante da Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos e do Conselho Nacional de Atletas, do Ministério do Esporte; o Sr. Agustin Danza, da Confederação Brasileira de Rugby; e o Sr. Raimundo da Costa Santos Neto, Diretor do Departamento de Esporte de Base de Alto Rendimento, do



Ministério do Esporte. Sejam muito bem-vindos à nossa audiência. Obrigado pela presença.

Alguns convidados não puderam comparecer e justificaram. Destaco o caso da Sra. Simone Camargo Rocha, representante da Comissão de Atletas do Comitê Paralímpico Brasileiro, que justificou e pediu desculpas pela ausência.

Antes de passar a palavra para a exposição dos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

Como esta é uma audiência pública, após a palavra dos nossos convidados já anunciados, vamos facultar a palavra àqueles que queiram ainda acrescentar alguma questão no debate. Peço, por favor, que se identifiquem, porque esta audiência está sendo transmitida ao vivo e tem, inclusive, a participação de internautas, muitos já contumazes no acompanhamento das nossas audiências na Comissão do Esporte.

Informo ainda que cada convidado deverá limitar-se ao tempo de 10 minutos, *a priori*, para manifestação. Ao final, poderão usar a palavra novamente, para algum reparo ou algum esclarecimento.

Após as exposições, serão abertos os debates aos Deputados interessados e outras pessoas que queiram participar. Ainda que não seja facultada pelo Regimento, na Comissão do Esporte há essa liberalidade de facultar a palavra a todos aqueles que queiram se manifestar.

Comunico, de novo, que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte no portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação popular, por meio de perguntas dirigidas à Comissão ou a qualquer um dos membros que estejam participando desta reunião.

Por fim, vamos pedir que cada um dos senhores autorize a divulgação desta audiência nas páginas da Casa. Pela regra, é preciso a autorização de cada um dos presentes.

Sem maiores delongas, eu queria apenas dizer que a razão de ser desta audiência também se deve ao fato de estarmos produzindo na Comissão uma legislação ou uma adaptação na legislação que versa sobre a composição e o *modus* de governança dessas entidades.



Todos são conhecedores dos escândalos que têm frequentado os noticiários, sobre uma série de impropriedades, de corrupção. Isso evidentemente tem a ver com o *modus operandi* de boa parte dessas entidades. Claro que há exceções, mas aquilo que imaginávamos como exceção quase está virando regra, pelas deformações praticadas. E, evidentemente, isso exige algo deste Parlamento e da Comissão do Esporte, em especial.

Há aqui um grupo de Deputados debruçados sobre o tema, no sentido de aperfeiçoar a nossa legislação. Esta audiência de muito vai valer para que façamos os aperfeiçoamentos a um pré-texto já elaborado. Não sei se todos dele têm conhecimento; se não tiverem, distribuiremos uma cópia, para que possam apresentar contribuições não só agora nesta audiência pública, mas também posteriormente, se quiserem apresentá-las por escrito. Seremos muito gratos por essas contribuições dos senhores nesta audiência.

Passo a palavra à nossa queridíssima Maria Paula Gonçalves, para fazer as suas considerações.

A SRA. MARIA PAULA GONÇALVES (Magic Paula) - Boa tarde a todos e a todas.

Este é um momento importantíssimo para o esporte do País. Eu aqui represento a Atletas. São mais de 60 atletas filiados a esta associação, que tem contribuído muito com as situações que consideramos importantes e relevantes para o esporte do País. Contribuir com este debate é algo de muita relevância, mas acho que também devemos ter tranquilidade e calma para fazer as coisas da forma que acreditamos.

Nós entendemos que essa inclusão de um terço de atletas — e com participação — será um avanço para o esporte no País. E há um consenso sobre isso.

Estivemos reunidos no dia 19 de abril no Rio de Janeiro, onde houve o Encontro Nacional de Atletas, no qual estiveram presentes representantes do esporte de alto rendimento da Comissão Nacional de Atletas, da Comissão de Atletas do COB, do Comitê Paralímpico Brasileiro e da Atletas pelo Brasil, inclusive houve a participação do Ministro no evento.

Nós entendemos que o tema da audiência é importantíssimo, e nos surpreendeu um pouco nós termos que decidir em uma única audiência.



Nós acreditamos que podemos contribuir com este debate e achamos importantíssimo poder escutar todos os atores envolvidos nesse processo. Nós sabemos que amanhã já está agendada a reunião de uma comissão para definir o texto desse PL.

Então, nós gostaríamos de poder discutir um pouco mais. Inclusive, estamos conversando no sentido de construir um grupo de trabalho junto com entidades e todos os atores envolvidos nesse processo, para que possamos agradar todo mundo — agradar todo mundo acho que será difícil, mas, no mínimo, temos que escutar todos os atores envolvidos.

Existe um consenso da comissão que foi formada e agora também do grupo de trabalho sobre essa participação de um terço. Mas como seria a participação desses atletas? Seria simplesmente, a cada 4 anos, votar em seu presidente, ou haveria participação efetiva nos colegiados, podendo eles ser parte integrante das discussões e decisões nessas entidades representativas do esporte de alto rendimento?

Entendemos que é necessária essa discussão, esse debate e essa contribuição que todos podem dar neste momento em que estamos discutindo aqui algo inédito no esporte do País. Mas essa discussão não deveria ser levada com tanta rapidez. O consenso existe. Nós acreditamos que ele é fundamental, mas que cada entidade envolvida nesse processo tem seu mecanismo, tem sua forma de conduzir as coisas.

E é claro que aqui ninguém está querendo que esse um terço dos atletas dentro das entidades retire o poder de comando delas. Muito pelo contrário, queremos, sim, que os atletas, que sempre foram os atores principais desse contexto todo, pudessem contribuir de forma relevante.

Acho que nesta Mesa há companheiros que vão poder contribuir ainda mais com este debate. Se nos lembrarmos de alguma coisa, vamos nos posicionando.

Acho que todos aqui têm contribuições importantes a dar. Vou passar a bola, para que possamos abrir este debate a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem. Muito obrigado, Paula.

Antes de passar a palavra ao Emanuel, deixem-me dizer o seguinte: esta audiência aqui não é conclusiva para o tema. Mas precisamos balizar as discussões, porque já há certo acúmulo — talvez não o suficiente, isso está em aberto — sobre a



importância de se alterar o *status quo*. Ponto. Nós precisamos saber qual é a calibragem ideal. Consenso e unanimidade, saibam os senhores, não haverá. Tem gente que é contra qualquer mexida — por razões óbvias, está certo.

Agora, nós precisamos considerar também que estamos em um ano atípico. Se nós não votarmos essa matéria neste semestre, dificilmente haverá o consenso possível, com o quórum possível, para votarmos no segundo semestre, que é um ano eleitoral. Então, tudo fica mais difícil.

Eu sei que os senhores não têm obrigação de entender isso, mas é assim que funciona.

Então, ao mesmo tempo em que precisamos agilizar para recolher toda e qualquer contribuição no sentido de aperfeiçoar o texto, nós também não podemos deixar isso em aberto, porque corremos o risco de perder o *timing*, digamos assim.

Portanto, quero apenas dizer que, além das contribuições sugeridas nesta audiência, quem ainda tiver condições de fazê-lo ou precisar amadurecer um pouco mais, terá outra oportunidade, desde que ainda não tenhamos alcançado uma opinião acumulada majoritariamente. É preciso saber que, para qualquer lei, daqui a um tempo, a vida vai se responsabilizar por dizer o quanto de ajuste no futuro será feito.

Mas, para nós não há uma imperiosidade de resolver isso de hoje para amanhã. Pareceu-me que amanhã teríamos uma decisão. Não. O processo ainda está em discussão, para recolhermos contribuições que visem aperfeiçoar o debate.

Eu passo a palavra agora ao Emanuel Rego, para fazer suas considerações.

O SR. EMANUEL FERNANDO SCHEFFER REGO - Boa tarde a todos.

É com imenso prazer que estou aqui representando a Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil.

Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jordy, por abrir esta reunião para que conversemos um pouco. Realmente, aqui há pessoas que lutaram muito pelo esporte dentro das quadras, e devo dizer que esta é a hora de lutar pelo esporte e pelo desenvolvimento fora delas. Essa é uma das preocupações básicas que tenho. Acho que fui convidado para isso.

E é muito importante dizer que a Comissão de Atletas do COB existe desde 2009 e vem evoluindo há muito tempo. Estamos na terceira edição dessa representação e já estamos conseguindo fazer com que todas as confederações



tenham também suas comissões de atletas, para que seja ouvida essa voz. Acho que esse é o caminho pelo qual estamos evoluindo na participação dos atletas.

É muito importante termos a noção do que aconteceu ao longo de todos esses anos da Comissão de Atletas, porque os atletas vêm se preparando para este momento, ou seja, para poderem representar bem seus esportes.

Com essa evolução que tem acontecido, o próprio estatuto do COB foi modificado, com algum apoio do Ministério do Esporte e também desta Casa. Essas mudanças já se constituem um ícone e trazem a consciência de que são necessárias. O alto rendimento exige uma nova força. Talvez seja essa a missão maior da nossa participação agora, dos atletas mais preparados, exatamente para dar essa força.

Acredito muito também na participação dos atletas nos conselhos de administração. Acredito que estamos apoiados no consenso, junto com a Atletas pelo Brasil e com o CNA, depois de uma reunião muito boa e proveitosa, no dia 19. Várias pessoas e vários órgãos estão defendendo isto: maior participação dos atletas nos de conselhos de administração.

Acreditamos que um terço é válido, mas deve haver um terço de participação com votos válidos, e não apenas simplesmente a participação em número, mas, sim, em votos. Acho que isso é muito importante para todo esse movimento que está sendo feito, e sei que esta Casa tem respeito pelos atletas.

Por outro lado, também em comum acordo com essas mesmas entidades, estamos apoiando a retirada da proposição de haver outros grupos no momento, a exemplo da proposição feita por árbitros e técnicos. A razão é a seguinte: gostaríamos de trocar essa ideia entre nós, amadurecê-la mais, como vem sendo feito com os atletas.

Acho que é uma pauta válida, muito importante para o esporte. Mas precisamos ter mais conhecimento sobre isso, porque cada uma das modalidades tem suas peculiaridades. No vôlei, esporte com o qual convivi por tantos anos, os árbitros têm uma função um pouco diferenciada e muitas vezes eles são indicados pelas próprias confederações para os eventos internacionais. Então, isso tudo tem que ser objeto de um estudo feito a várias mãos, para sabermos qual a representação ideal desses outros grupos.



Acho importante haver esse lado democrático. Mas devemos estudar mais, para recolher mais informações sobre isso. Acredito que as mudanças são válidas. Elas vieram realmente para transformar o esporte. Acredito também na Portaria nº 115, de 2018, que veio também com vários poderes de mudança. Eu, na condição de atleta olímpico, espero que, no futuro, consigamos transformar mais as entidades, para que o esporte realmente seja a evidência de todo esse trabalho. Acredito muito nisso.

Deixo também um espaço para outros colegas de Mesa poderem falar. Estamos apoiando essas mudanças através do COB.

Hoje estou representando o Presidente da Comissão de Atletas, o Tiago Camilo, que não pôde estar presente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Emanuel. Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Marco Aurélio, eu gostaria de registrar a presença da Leila Barros, atleta do vôlei; do Hugo Parisi, atleta de saltos ornamentais; do Ricardo Vidal, do Instituto Joaquim Cruz; do Ricardo Moreira, do Instituto Pro Brasil; e da Louise Bezerra, Secretária-Executiva da organização Atletas pelo Brasil. No decorrer da reunião, vamos anunciando o nome dos demais presentes.

Passo a palavra agora ao Marco Aurélio, para fazer suas considerações.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO - Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer pelo convite e oportunidade de debater um tema que, para nós, é muito importante, que é a governança do esporte.

Em primeiro lugar, acho que o esporte é feito para o atleta. O atleta é o centro de tudo. Você tem o juiz porque há atletas praticando; você tem o técnico porque há atletas jogando. Então, na CBVela, desde sempre estabelecemos o atleta como o centro da nossa ação, tanto o atleta praticante quanto aqueles que pretendemos atrair para o nosso esporte.

Este é o ponto de partida de qualquer organização esportiva: o atleta. Acho que isso ficou muito claro para nós, e ficou claro de uma maneira objetiva, quando estabelecemos o voto direto para Presidente da Confederação, ouvindo atletas; quando demos participação aos atletas no Conselho de Administração, na assembleia *(palmas)*, em nível elevado desde o início.



Dito isso, acho que temos aí dois outros *stakeholders* importantes, que têm que ser considerados no processo de administração de uma confederação. Um deles é o próprio Estado, que hoje é um mantenedor importante da maior parte das confederações, inclusive da minha. Eu utilizo bastantes recursos públicos. Logo, tenho que prestar contas e dar transparência à sociedade. Outro *stakeholder* importante seriam as entidades e associações que se aliam à confederação para tentar formar novos atletas. Nosso objetivo é ter um novo influxo de atletas.

Mas acho que essas entidades têm que estar representadas, assim como os atletas. E é o que procuramos fazer dentro da CBVela, dando o máximo de representatividade a esses dois segmentos.

Os demais *stakeholders*, como os técnicos e os árbitros, também hoje estão representados na CBVela, que tem um conselho para eles. Mas, como bem falado pelo Emanuel, cada esporte tem sua peculiaridade. E eu entendo que esses *stakeholders* têm, sim, que ser ouvidos e participar do processo de alguma maneira. Mas acho que essa inclusão até enfraquece um pouco essa causa do atleta: “*Eu posso falar disso porque, obviamente, não sou um atleta*”. Então, isso acaba enfraquecendo um pouco o cerne da questão, que é o atleta.

Acordamos pensando em como conseguir recursos para o atleta, como melhorar a preparação do atleta, como dar uma melhor condição ao atleta. Então, ele é esse centro da nossa ação. E o atleta tem uma coisa muito boa, porque personifica tudo em que se acredita em termos de sociedade, que é a meritocracia. Com o atleta não tem conversa; ou ele tem resultado ou ele não tem resultado.

Na condição de dirigente, eu posso contar mil histórias sobre o porquê a minha Confederação está indo assim ou assado. O atleta ou aparece com a medalha ou aparece com o resultado. Então, é muito fácil ver o resultado do que você está fazendo com o atleta. E o atleta tem a obrigação mais pura e objetiva, que é a produção de um resultado para o qual se exige muito esforço. Só de ver o esforço que eles fazem, eu já me canso. Fico estafado só de ver a programação dos meus atletas.

Temos um profundo respeito por essa categoria que está aqui representada — e muito bem — hoje, assim como temos muito respeito pelas associações, clubes e projetos sociais que hoje são responsáveis por nos abastecer de atletas. Inclusive, na vela muitos atletas vêm de projetos sociais.



Então, deve-se criar uma fórmula que dê transparência ao uso do recurso público, que dê representatividade àqueles que são os principais interessados e protagonistas do processo, mas que, ao mesmo tempo, dê voz àqueles que estão financiando o esporte, tanto o Governo quanto essas associações. Esse é o princípio que a CBVela tem seguido.

Eu sempre gosto de falar que o que a CBVela fez é muito particular do nosso esporte. É evidente que para cada confederação e para cada esporte certamente haverá outra solução. E é isto que pedimos à Comissão na hora que for legislar sobre a participação dos *stakeholders*: que tenha o cuidado de deixar que discutamos isso em outras reuniões de Comissão, que isso seja discutido mais vezes com outros *stakeholders* que seriam agregados ao processo.

Depois podemos conversar mais sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Marco, por suas considerações. Isso é importante porque cada segmento, cada modalidade, cada federação tem uma especificidade e um acúmulo diferenciado.

Como estamos numa transição, nós precisamos balizar um mínimo e um máximo, e isso fica adequado a cada processo específico. O importante é quebrarmos essa caixa-preta que está aí fechada — com muito pouca porosidade — e garantirmos, com isso, o máximo possível de controle social sobre a gestão. Daqui para frente, tudo será melhor. A ideia é mais ou menos essa.

Passo a palavra ao Sr. Rui Campos.

O SR. RUI CAMPOS DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Obrigado, Presidente Jordy.

Esta Mesa está muito bem representada por alguns dos maiores atletas do universo nas suas modalidades — não jogando confete na minha própria cabeça, mas, sobretudo, na dos meus colegas atletas.

Representando muito bem as confederações, está aqui o nosso querido Presidente da CBVela. Quem me dera todo dirigente de confederação tivesse a mentalidade que ele tem! Mas existem, em cada modalidade, idiossincrasias que devemos respeitar.



Estou aqui representando o Presidente Zico, da Comissão Nacional de Atletas, ente que representa e assessora o Ministro dos Esportes, e sou membro, com muita honra, da organização Atletas pelo Brasil.

O mais importante é que temos o consenso de que estamos aqui para fazer o bem. O Sr. Presidente falou em abrir a caixa-preta, em dar mais transparência e visibilidade para o esporte. Todos nós queremos isso.

Eu diria, complementando o nosso querido Presidente, que o esporte é feito para os atletas, mas hoje, antes de mais nada, nós estamos muito convictos de que o esporte também tem de ser feito pelos atletas. Por isso, constituiu-se, há mais de 10 anos, a organização Atletas pelo Brasil com os principais atletas de resultado do País. Há essa representação de atletas também de resultado e de ótima cabeça no Comitê Olímpico do Brasil e há outros membros da CNA, que hoje, com muita honra, estou representando.

Nós acompanhamos a posição de que não devemos dar um largo espaço de tempo para decidir o que se veio aqui decidir. Mas gostaria que tivéssemos um pouco mais de tempo para digerir essa questão de outros *stakeholders* do esporte, que são muitíssimos importantes, mas que não são atletas.

Nós estamos plenos da vontade de que os atletas sejam representados, como o Emanuel falou, não de forma relativa, mas de forma absoluta, dentro de todos os fóruns de decisão nas comissões, e que não se sentem de tantos em tantos anos, para simplesmente votar.

Nós também estamos fazendo um trabalho de conscientização dos atletas. Estamos junto com o Ricardo Vidal, membro da Diretoria da Atletas pelo Brasil. Temos um grupo muito forte aqui em Brasília discutindo, juntamente com o Ricardo, com o Hugo e com a Deborah, membro da CNA, que estão conosco, para discutir as questões pelo lado dos atletas para honrar os assentos em que estamos sendo colocados.

Eu falava agora com o Emanuel que não é porque o atleta teve resultado dentro da quadra que ele vai ter resultado fora, brigando. Nós também temos de nos preparar — e muitos de nós estamos nos preparando com muita vontade de acertar — para colocar o esporte para frente de forma limpa, clara, com participação e muita meritocracia.



Aproveito as palavras que a Leila falou em certa ocasião para dizer que, no esporte, não existe jeitinho. O Presidente acabou de falar: “*Ou sai com a medalha e com o resultado ou não sai*”. Portanto, é preciso acabar com o jogo de cintura excessivo no esporte para que possamos realmente fazer valer leis e regras, desenvolver o esporte na base e, ao mesmo tempo, desenvolver o esporte de alto rendimento.

Nós queremos o bem do esporte e o bem do Brasil. Este é o lema da Atletas: fazer o bem para o esporte e o bem para o Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Rui.

Passo a palavra ao Sr. Mario Drumond Coelho, advogado e autor de dissertação de mestrado sobre a participação dos atletas no colégio eleitoral de entidades esportivas.

O SR. MARIO DRUMOND COELHO - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer à Comissão pelo convite que me foi feito.

Respeitando o tempo que me foi concedido, peço licença a V.Exa. para fazer uma explanação dividida em duas partes. A primeira será de caráter mais teórico. A segunda parte, que talvez seja a minha contribuição efetiva com os trabalhos, será uma consideração sobre a legislação espanhola aprovada recentemente, que incorporou os atletas no processo eleitoral das entidades.

Eu digo isso porque, como está em fase de elaboração uma nova legislação brasileira, talvez fosse interessante que nós pudéssemos olhar — não para copiar, mas para buscar algum tipo de inspiração — legislações estrangeiras que cuidem do mesmo tema, embora saibamos que as realidades geográficas, políticas e desportivas sejam diferentes.

De qualquer modo, a avaliação que eu faço é que essa lei espanhola, que vai completar, em dezembro, 3 anos de vigência, é tecnicamente muito benfeita e contempla de modo geral todos os aspectos que envolveriam o processo eleitoral nas entidades esportivas.

Nós sabemos que a distribuição territorial da Espanha é diferente da do Brasil, que tecnicamente é uma Federação, e a Espanha não é. Mas o curioso é que, mesmo



aqueles países que não têm um modelo de federalismo, do ponto de vista da distribuição espacial de poder, o sistema desportivo obedece à lógica federativa. Na Espanha, há federações desportivas, assim como em Portugal. No Brasil, somos uma federação.

Trouxe uma cópia da legislação espanhola como contribuição para esta Comissão de que tomei a liberdade de fazer a distribuição para alguns dos atletas presentes.

Presidente e demais convidados, o que significa, brevemente, do ponto de vista teórico, uma estrutura federativa na área do esporte, na área sindical ou em qualquer área em que se consiga imaginar a lógica federativa? Significa basicamente o seguinte: há um centro e uma pulverização periférica, que, no caso brasileiro, são as federações estaduais. A legislação brasileira fala corretamente em entidades nacionais de administração do desporto, que seria o equivalente ao centro do sistema, e nas entidades regionais de administração do desporto, conhecidas como federações.

Do ponto de vista teórico, o sistema desportivo é verticalizado. Há uma confederação, abaixo da qual estão as federações, e há os clubes. Também do ponto de vista teórico — é relevante que possamos pensar, por um instante —, é da natureza de qualquer sistema federativo descentralizar o poder.

O Deputado Arnaldo Jordy usou uma palavra interessante que fazia tempo que eu não ouvia: calibragem. A questão é: qual é a calibragem que se busca no sistema desportivo entre o poder que se quer atribuir ao centro e o nível de poder que se quer atribuir às entidades periféricas, que são as federações e os clubes?

Nesse contexto de descentralização de poder, do ponto de vista empírico, surge a possibilidade da inclusão do voto dos atletas no sistema. O sistema brasileiro é integrado basicamente por clubes, federações e confederações. Na verdade, se os senhores me permitirem aqui um raciocínio mais abrangente, talvez nós pudéssemos fazer três perguntas, e não uma. Primeira, seria viável a participação dos atletas nos processos eleitorais dos clubes? Segunda, seria viável a participação eleitoral dos atletas nas federações? Terceira, seria viável a participação dos atletas nos processos eleitorais das confederações? O meu raciocínio obviamente tem amparo na estrutura vertical integrada por três escalas, vamos dizer assim.



A legislação espanhola, por exemplo, associa a presença do atleta nos colégios eleitorais das federações, porque lá nós não temos a figura da confederação como a que nós temos aqui no Brasil. De modo geral, quanto ao mérito, a discussão é a mesma. As três perguntas talvez pudessem culminar com uma pergunta mais ampla: de que modo poderia ocorrer esse processo eleitoral ampliado com a participação efetiva dos atletas?

O Emanuel lembrou muito bem do art. 18-A, da Lei nº 9.615, de 1998, que expressamente prevê essa participação, mas parece-me que ali, embora seja da natureza da norma jurídica ser geral e abstrata, poderia se explicar melhor qual é o nível dessa participação.

A legislação espanhola chegou ao requinte de especificar os percentuais de participação de cada uma dessas categorias, no caso da lei espanhola, que se refere aos atletas, aos árbitros, aos juízes e aos clubes. Ou seja, há um sistema mais abrangente, englobando com percentuais diferentes a participação desses grupos no processo eleitoral das entidades. Daí porque a experiência espanhola talvez possa nos auxiliar do ponto de vista metodológico, não necessariamente do ponto de vista do conteúdo da norma, vamos dizer assim.

Ainda falando um pouco sob o ponto de vista teórico, é importante destacar — e pego o gancho da ideia do Presidente da Vela que para mim é fundamental, concordo com ela — que o atleta é o centro. Quer dizer, se essa ideia for verdadeira e a premissa for que o atleta é o centro, e me parece que é, dentro do sistema, o sistema deve enfatizar o atleta como centro, que é, vamos dizer assim, a experiência real do processo, e talvez mitigar a participação ou o peso político das entidades de administração ou das outras próprias federações. Digo isso com a maior tranquilidade porque a questão — a Paula citou de que modo vai ocorrer a participação dos atletas no processo e também citou a questão do poder — de como as estruturas federativas lidam do ponto de vista conceitual justamente com isso, de que modo você distribui poder dentro de determinado sistema.

É claro que não vai haver consenso absoluto em relação a isso, porque do ponto de vista mecânico se você tira o poder do centro para colocar mais embaixo do sistema, o centro não vai ficar muito feliz. É óbvio. Se você prioriza o atleta obviamente que as entidades de administração não vão ficar muito felizes com isso. Ao mesmo



tempo, esse é um raciocínio óbvio, digamos assim. Também é relevante que as entidades de administração compreendam — e aceitem pelo menos debater de forma franca e honesta a hipótese — que o sistema como ele é canaliza muito poder nas confederações.

O poder aqui não é uma questão abstrata, é o poder concreto, o poder decisório que obviamente diz respeito ao modo como essas entidades funcionam. Será que não valeria a pena do ponto de vista de legitimidade do sistema, do ponto de vista democratização do sistema, você trazer o atleta para os processos decisórios? Do ponto de vista teórico, isso é absolutamente irrelevante, diz respeito à chamada Teoria da Democracia; do ponto de vista prático, no cotidiano das entidades, isso também é absolutamente irrelevante. Você passa a distribuir poder de uma forma horizontal, enfrentando de certo modo a lógica vertical do sistema, que é dura, que é rígida, que é pouco aberta à participação externa, digamos assim.

Esse modelo federativo brasileiro — os senhores sabem — surgiu do ponto de vista formal no começo do século passado. Então, nós temos mais de 100 anos de uma estrutura desportiva. Embora a lei federal fosse sendo alterada a cada 10, 15 ou 20 anos, o sistema é rigorosamente o mesmo. Este momento que nós vivemos aqui, com esse tipo de debate, é absolutamente crucial para colocar essas questões também, que embora sejam teóricas têm repercussão no cotidiano prático das entidades.

O britânico Karl Popper, um dos maiores filósofos do século XX, dizia que não é possível apenas estudar teoria divorciado da prática do cotidiano normal das pessoas. O que significa isso do ponto de vista real? Que essas entidades existem, que muitas vezes a administração é ruim, que essa administração poderia melhorar. Se a premissa é de que o atleta é o centro do processo, então que a legislação trate de incluir o atleta nos processos eleitorais, que são em última instância os processos decisórios das entidades.

Participação política do atleta em uma entidade significa o atleta votando em assembleia geral. É preciso que isso fique claro. Não é uma participação simbólica de trazer o indivíduo uma vez por mês, com paletó novo, com gravata nova, para se fazer representar. Isso seria o simulacro de uma participação. Se a decisão do Congresso, que tem competência para legislar sobre desporto, for de alterar o sistema e incluir o



atleta, que o atleta venha de fato para participar de modo efetivo desse processo eleitoral.

Agradeço, Presidente, desculpe-me se eu avancei na minha hora. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Mario, pela contribuição no debate.

Eu passo a palavra agora a Deborah Dias de Souza para fazer as suas considerações. Nós vamos ter o microfone para tradução.

A SRA. DEBORAH DIAS DE SOUZA (*Manifestação em Libras. Tradução simultânea.*) - Primeiro, eu quero agradecer o convite. É muito bom estar aqui. É muito importante participar deste momento como representante da Comissão Nacional de Atletas — CNA. Sou nova nesse universo, estamos começando.

Em 2017 mudamos o estatuto da CBDS já incluindo os atletas também na participação desse colegiado eleitoral. Nós temos seis atletas, e esperamos que a confederação possa ampliar esse percentual de um terço de participação.

Na verdade, o atleta é o principal combustível do esporte brasileiro. É importante a participação do atleta para ele acompanhar de perto o que está acontecendo, ganhar mais experiência, poder lutar e participar de tudo para sentir na pele, de fato, como é a realidade. Nós sabemos que às vezes o atleta não consegue focar no treino porque não tem tempo, precisa trabalhar. Não podemos nos esquecer que há muitos atletas que já saíram da ativa. Eles não estão mais na ativa, mas estão lutando por esses atletas, buscando mais atletas.

O investimento na base é muito importante. Por exemplo, há muitos anos venho enfrentando dificuldades, barreiras. Agora estou na presidência da CBDS e continuo lutando pelos atletas. Conseguimos já quebrar algumas barreiras, algumas dificuldades.

Como disse o Prof. Mario, no Brasil nós temos um sistema fechado, um sistema vertical já há muitos anos, a CBDS também. Nós temos as federações, as associações, mas às vezes o atleta não consegue aproximar-se da federação, ele fica distante. Tentamos passar as informações, orientações, mas às vezes a informação não chega à base.



É bom que eles estejam acompanhando isso agora para ver a realidade do Brasil, não ficar pensando: “Ah, a CBDS não faz nada! A CBDS não está nem aí! O que estão fazendo? Eles têm dinheiro ou não têm dinheiro?” Tentamos mostrar a realidade e ser o mais transparente possível, mas o nosso interesse é que eles acompanhem. Assim vão saber de fato qual o problema que temos na CBDS, a comunidade surda.

Por isso este espaço é muito importante. Nós estamos torcendo para que tudo dê certo com a discussão desse PL que trata do assunto. Há essas dificuldades. Quem pode representar a comissão do atleta? Quem pode representar o atleta? É o próprio atleta. Ele precisa estar na ativa e também outros atletas da base que estão começando. Eles têm direito ou não?

São muitas coisas, são muito detalhes, mas o melhor é começar agora justamente da prática para percebermos o que falta. Com certeza, no futuro nós vamos melhorar. A cada dia só melhora, graças a Deus!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deborah.

Passo a palavra agora ao Sr. Agustin Danza, da Confederação Brasileira de Rugby.

O SR. AGUSTIN DANZA - Boa tarde. Antes de mais nada, obrigado pelo convite para poder estar aqui na audiência discutindo sobre governança no esporte.

Na Confederação Brasileira de Rugby, como bem sabe a Paula, porque fez parte do nosso primeiro Conselho, é uma das nossas razões de ser, uma das nossas missões é realmente a de influenciar a governança do esporte, para que seja mais profissional e transparente.

Sendo um dos últimos a falar, farei um resumo daquilo que todos vocês já colocaram. Nós achamos que o PL realmente vai levar o esporte a um lugar melhor. Isso faz sentido, é necessário na situação em que o esporte no Brasil se encontra. Porém, como todos disseram, achamos que seria prudente, talvez, ter um pouco mais de tempo para discutir especificamente a parte dos *stakeholders*.

Primeiramente, achamos que é importante, como disse o Dr. Mario, porque tira um pouco a verticalidade. É importante que nesse sistema de federações, se possa ampliar também o poder também no sentido horizontal, justamente para diminuir o



que estamos sofrendo hoje em geral no esporte. Como disse o Emanuel, para fazer isso precisamos de tempo. Acho que se tomarmos uma decisão muito apressada, podemos ter consequências que hoje não enxergamos. Então, entendemos, é óbvio, as pressões do primeiro semestre do ano eleitoral, é importante levar isso em conta, mas é preciso haver um tempo, um interregno para discutir isso mais um pouco.

Como disse a Paula também, acho que essa discussão deveria considerar a participação de atletas e de outros *stakeholders*, em outros organismos de tomada de decisão, e não só num colégio eleitoral, que se reúne uma vez a cada 4 anos, e talvez pareça pouco. Há assembleias, há conselhos de administração, e acho que vale a pena se discutir essa participação.

Também é muito importante tomar esse tempo, porque, como disse o Marco Aurélio — aqui temos um exemplo —, os esportes são muito diferentes entre si. O esporte em que eu trabalho é coletivo, com milhares de atletas, e centenas de clubes, como o vôlei, talvez, Emanuel; ao contrário da vela, onde se concentram poucos atletas e de muita influência.

Por tudo isso que os senhores já expuseram, acho que seria prudente tomar esse tempo. Como o senhor disse muito bem, Deputado, eu acho que talvez uma solução, já me adiantando um pouco no ponto de vista que compartilho com o senhor, talvez devamos achar essa flexibilidade, em que todo mundo tenha uma representatividade. De fato, isso é muito saudável, mas que ela não seja a mesma para todos os esportes, porque as realidades são muito diferentes. Então, talvez, achar essa fórmula seja o objetivo das próximas semanas ou das próximas reuniões.

Acho que é basicamente isso. Concordo com o que foi dito pelos senhores. Agradeço novamente o espaço para poder manifestar nossa opinião.

Obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Agustin.

Passo agora a palavra ao último convidado dessa rodada, o Sr. Raimundo da Costa Santos Neto, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte.

O SR. RAIMUNDO DA COSTA SANTOS NETO - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos aqui presentes.



O debate sobre a participação do atleta é uma questão difícil na origem, por mais que venhamos discuti-lo aqui, porque a lei não conceitua o que seria o atleta. Então, é importante, se vamos discutir a participação de atleta, que discutamos primeiramente o que vai ser entendido como atleta nesse processo. O atleta é só aquele que está em idade ativa competindo ou o atleta é aquele que acabou de pendurar as chuteiras, que vai se afastar do esporte e que agora, efetivamente, vai ter tempo para se dedicar ao outro lado do balcão e poder discutir a causa do esporte no aspecto mais administrativo?

Nós do Ministério entendemos que esta conceituação de atleta talvez precise ser enfrentada, porque, embora atualmente ela traga algumas questões relativas à participação do atleta, ela não é clara sobre essa figura. O critério etário já é um critério complicado, porque, como foi dito aqui, cada modalidade possui uma peculiaridade.

Então, acho que a discussão sobre o que é o atleta, mesmo que seja feita individualmente dentro de cada entidade, precisa ser travada para nós passarmos a tratar desse tema da representação.

Desde a edição do art. 18-A, da Lei nº 9.615, de 1998, nós do Ministério percebemos que havia uma representação de atletas, mas era uma representação, digamos, para cumprir a lei. A lei simplesmente dispõe sobre a garantia da participação de atletas nos colégios eleitorais, mas ela não especifica se esta participação é pequena, média ou grande.

Nós vimos muitas vezes um colégio eleitoral de 40 pessoas com um atleta. Então, o poder de mudar ou de influenciar nas decisões das entidades era muito restrito. O Ministério percebeu isso, e nós começamos a trabalhar para que essa representação se tornasse efetiva, até porque há outra questão: a representação do atleta tem três vieses dentro da lei. Um deles é a participação de atletas nos conselhos técnicos — esta já está bem definida na lei. O outro é a participação de atletas nos órgãos de direção — aqui existem algumas dúvidas sobre quais órgãos de direção e sobre como isso vai ser feito, porque há uma grande diferença entre as entidades nacionais de administração de desporto e os clubes, que são entidades do sistema nacional do desporto com lógicas totalmente diferentes.

Então, a discussão não é tão simples para que nós possamos sair daqui com uma decisão tomada. A discussão é muito importante, e o Ministério já vem travando



essa discussão há algum tempo com idas e vindas — num momento pensa-se numa coisa; vai e volta; em outro momento, pensa-se em outra coisa —, porque o assunto é muito rico.

Este debate aqui é fundamental, porque aqui estão presentes as confederações, as pessoas que já atuaram dentro e fora da quadra, os representantes do Governo. Acho que será neste foro que nós vamos conseguir cumprir o que a lei dispõe.

A lei dispõe sobre a garantia da gestão democrática. A gestão só será democrática a partir do momento em que todos os atores estiverem envolvidos no processo decisório. Agora, como construir esse processo decisório de modo a atender a esse mandamento da lei é uma discussão que nós ainda vamos travar por algum tempo. Só o fato de nós estarmos aqui discutindo este assunto é um imenso avanço.

Nós estamos aqui para participar da discussão, para passar a nossa experiência e para fazer com que a gestão do esporte efetivamente se democratize. E caminhamos para que todas as pessoas envolvidas no esporte, inclusive os técnicos e os árbitros, tenham poder de decisão nos rumos da modalidade que eles praticam e representam.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Raimundo da Costa Santos Neto.

Eu vou facultar a palavra aos Deputados, como manda o Regimento, e aos nossos demais convidados aqui presentes.

Tem a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Boa tarde a todos. Eu quero falar da minha alegria de estar aqui junto com vocês.

Quero cumprimentar o Marco Aurélio, o qual eu já parabenizo. Realmente, ele tem sido um grande exemplo. Nós temos amigos em comum e temos falado muito sobre seu trabalho na vela.

Quero cumprimentar o Emanuel, o Jordy, a Paula e o Rui — viajei com ele outro dia e ele me deixou apertado no avião. Viajar com um cara desse tamanho no meio do banco é complicado. Fiquei todo encolhido. Que azar danado!



Quero cumprimentar a Deborah. Seja bem-vinda, Deborah! Como novata, você vai encontrar velhos vícios aqui dentro. Quero cumprimentar o meu ídolo e querido amigo, Dr. Mario, uma figura que eu não via há algum tempo. E, finalmente, quero cumprimentar o Agustin, a Leila, outros atletas que possam estar aqui, e o Raimundo.

Eu não sei por onde começar, Deputado Arnaldo Jordy. Hoje, por exemplo, estava fazendo uma pesquisa. Eu me fixei no voleibol — está aqui o Emanuel — e vi que há uma série de denúncias.

Perdoem-me, mas discordo do que o Raimundo disse agora no final: “O assunto é rico e demanda tempo.” Já começo discordando. O assunto realmente é rico, mas não demanda tempo, querido Raimundo.

Estou aqui há quatro mandatos e, durante todo esse tempo, sempre tenho cobrado a seguinte questão: qual é o modelo do esporte brasileiro? Muitas vezes, não tenho vindo mais esta a Comissão até, digamos assim, por desesperança. E a culpa é nossa — a culpa é nossa.

O futebol, que é a minha origem, eu já larguei de vez. Acho que o futebol já é uma causa perdida, até porque a CBF, muito inteligentemente, não quer nenhum tipo de dinheiro público, para que ninguém possa chegar lá dentro do quintal deles. Essa é a grande verdade.

Digo ao nosso representante, o Dr. Raimundo, que, se o senhor entregar esse projeto, o Dr. Mario lhe trará a resposta em 1 mês. O senhor pode ter certeza disso.

No dia em que eu e o Rui viajamos juntos, nós tivemos a oportunidade de conversar. E eu discordei veementemente dele, como já discordei do (*ininteligível*), porque isso que fizeram de assentar alguns atletas dentro do Comitê Olímpico é uma balela, como foi dito aqui, porque no final não vai se mudar mais nada. Nós não vamos conseguir mudar nada.

Digo isso não como Deputado, mas como ex-atleta, que sofreu até muito mais do que vocês, porque no meu segmento, o futebol, existia a famigerada Lei do Passe. Diversas vezes, eu tive oportunidade de ir para o exterior, mas eles não deixaram. E já ouvi Deputado aqui culpar o Pelé por ser favorável à Lei do Passe. Enfim, alguns absurdos eu já ouvi dentro desta Casa.

A minha esperança são os esportes olímpicos. Mas, obviamente, quando nós começamos a buscar algumas notícias. “Após crise, CBV contratou cartola



processado por desviar verba pública.” Outra da Agência Sportlight. “Encontro marcado na Lava-Jato. Contrato entre Banco do Brasil e CBV (...)”

Parece-me que agora, Leila, deu problema com as meninas na Turquia. Eu sou a favor: elas têm que viajar de executiva mesmo, porque os dirigentes viajam de primeira classe.

Como disse o meu amigo Marco Aurélio, as pessoas não sabem como é duro ser um atleta. É prazeroso? É prazeroso, mas quantas vezes estamos com dor, estamos cansados e temos que ir treinar. Digo sempre que nós somos os palhaços que abrem o circo aos domingos. Nossas folgas normalmente são na segunda-feira, dia em que está todo mundo trabalhando. Sábado à noite, Rio de Janeiro colorido, e nós estamos presos dentro do hotel, mas faz parte.

Sinceramente, eu morro de inveja da cultura. Nós todos fomos omissos por muito tempo.

Então, perdoe-me, Raimundo. O Mario trouxe para nós a ideia do Mario modelo espanhol. Estou inclusive investigando uma arbitrariedade cometida há pouco pelo Coronel Souto, da federação do Rio de Janeiro. Assim que eu tiver confirmação, vou trazer o caso para cá. Ele é uma pessoa ditadora, que já era para ter colocado os pijamas e ido para casa.

Há essa questão da CBV. Nós, Deputado Arnaldo Jordy, estamos deixando passar muitas coisas, como outras que têm passado pelo País. A coisa está andando, este País está indo cada vez mais para o buraco, e vamos deixando, vamos deixando. Agora, estamos achando normais — não todos obviamente — os absurdos do cotidiano, e o esporte não está longe disso.

Eu não sou policial, não me sinto feliz com a prisão de quem quer que seja, mas a nossa realidade é essa. Não são só os Deputados que estão sendo presos e processados. Dirigentes do meio esportivo também passam por questionamentos muito graves na Justiça.

Aí eu tenho que escutar que os atletas não têm direito a votar nos dirigentes da federação, da confederação? Sabe o que nós temos que fazer? Parar tudo e não jogar mais. É simples assim. “Ah, Deley, você é radical!” Não é questão de ser radical, mas já passou do limite!



Vá tirar algum dinheiro da cultura. Experimente! Experimente fazer isso para ver se a D. Fernanda Montenegro... Eu morri de inveja de quando o Ney Latorraca veio aqui e disse: “*Olha, se vocês retirarem dinheiro da cultura, eu vou ficar nu lá em frente ao Palácio*”. Aquilo me deu uma inveja! (*Risos.*) Fiquei me perguntando: quando é que nós, ex-atletas, e os atletas atuais vamos tomar um posicionamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não vá comprar essa ideia, Deputado! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DELEY - Deputado Jordy, é momento de radicalizarmos, sim. Como disse o Dr. Mario, essa lei é do Estado Novo, se não me engano, e os nossos queridos dirigentes dizem que não devemos mudá-la, que o COB já deu assento a dez atletas e está muito bom. Está muito bom o quê, cara pálida? Está muito bom o quê?

Do futebol, como já disse, já desisti. Outro dia eu abri uma discussão. Eu já tentei concorrer à presidência do Fluminense.

Emanuel, você continua lá ou você saiu com o Marco?

O SR. EMANUEL FERNANDO SCHEFFER REGO - Continuo.

O SR. DEPUTADO DELEY - Continua. Aqueles ares fazem bem, pode ter certeza.

Um superintendente disse, no meio de alguns executivos, que os ex-atletas são burros. Eu reclamei com o Presidente. Eu disse: Presidente, lá em Xerém eu não vejo os ex-atletas, eu não vejo um ex-atleta praticamente dentro de Xerém — eu não vejo um ex-atleta. Essa pessoa teve a coragem, não de uma forma direta, mas estava junto com executivos e disse, ou deu a entender, que os ex-atletas são burros, despreparados e alcoólatras. Foi o que ele disse pelo menos do pessoal do futebol. Burro!? Eu não vou dizer quem eu acho que é burro.

Entendo o seguinte, Deputado Arnaldo Jordy: sinceramente, se nós resolvermos mudar, que o Ministério entenda que essa não é uma discussão que precise ser muito longa. Está aí o Dr. Mario, está aí o exemplo da vela. Que nós, Rui, realmente tomemos uma posição, porque estamos vendo que há dirigente preso, há dirigente sendo processado — estão aqui as matérias.

Digo isso com muita tristeza, até porque eu sempre tive relacionamento com várias dessas pessoas. Eu não sou inimigo. Como acontece aqui dentro do



Parlamento, muitas vezes, quando temos que pedir a cassação de um Deputado, não é uma coisa prazerosa para nós. Mas, ao mesmo tempo, temos que cumprir com a nossa obrigação. Acho que o momento é esse para nós, como ex-atletas. Se perdemos esse cavalo que está passando, não vamos poder interferir no destino do esporte brasileiro. Eles estão enfraquecidos, sim. É o momento de nós realmente interferirmos no destino do esporte brasileiro. Quem não quiser, não pegue verba pública.

Está aqui o projeto de lei que eu apresentei e que está rodando dentro da Comissão. Eu não recebi um telefonema. Está aqui pela rejeição, que é a eleição direta nas federações, dentro das confederações, e, se quiser, Dr. Raimundo, eu falo rapidamente como pode ser feito. É simples: se a Paula está disputando na federação sergipana, ela vai eleger, naquele ano em que ela estiver lá, o presidente da federação e depois, na hora que formos ter as eleições das confederações, todos os atletas que fazem parte daquela modalidade inscrita nas federações e confederações têm direito a voto. É simples assim. Por que os atletas têm condições de eleger Presidente e Deputados e não podem eleger o Presidente dos seus esportes?

Esse o recado que vim aqui trazer. Não sei mais quanto tempo tenho como Deputado, mas, enquanto eu estiver aqui e, se os senhores e senhoras estiverem dispostos, vamos dizer: chega! Basta! Nós queremos, sim, participar desse processo ou então nós vamos parar o esporte no Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem, Deputado Deley.

O SR. RAIMUNDO DA COSTA SANTOS NETO - Presidente, o senhor me permite só um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Permito. Mas deixe-me conceder a palavra a mais uma pessoa que está inscrita. Depois eu vou lhe ouvir.

Concedo a palavra à Louise Bezerra, Diretora-Executiva da Atletas pelo Brasil, que deseja também fazer uma ponderação.

Vamos tentar nos limitar ao tempo de 3 minutos, para dar oportunidade a todos aqui. Há pessoas que estão querendo falar e eu também quero dizer uma coisinha, para podermos dinamizar melhor a nossa reunião.

Concedo a palavra à Sra. Louise.



A SRA. LOUISE BEZERRA - Obrigada, Deputado.

Gostaria apenas de complementar as falas tanto do Rui quanto da Paula e do Emanuel. Houve realmente uma reunião — foi um encontro nacional de atletas —, no dia 19 de abril, no Rio de Janeiro, convocada pela Comissão Nacional de Atletas com a presença da Atletas pelo Brasil e também da comissão de atletas do COB — Comitê Olímpico do Brasil, da comissão de atletas e do CPB — Comitê Paralímpico Brasileiro. Consideramos que ali estavam as instâncias, as organizações que realmente têm representado os atletas no País e que têm mais legitimidade para falar.

Dessa reunião, que foi muito produtiva, como disse o Emanuel, saímos com o conceito de atleta definido — viu Raimundo —, pelo menos para este grupo, com uma proposta que foi validada ali. Saímos também com o consenso sobre o que queremos, sobre o que os atletas querem em termos de participação nas assembleias. E aí vale aqui marcar que é um terço da representatividade do número total das assembleias por conta do art. 22, que permite a diferenciação dos pesos. Nós entendemos que realmente deve ter um terço do número total e, além disso, a possibilidade do voto a distância ou suplência, para que evitemos certas manobras que historicamente temos visto.

Já foi um grande avanço, mas temos que perceber que de 2013 para cá, quando foi aprovado o art. 18-A, que começou a fomentar toda essa discussão, somente agora nós conseguimos ter essas instâncias tão representativas de atletas sentando juntas para desenhar esses consensos que entendemos ser uma base muito sólida para construir uma visão geral sobre as assembleias e a participação dos atletas.

Vale também dizer que estamos passando por um momento em que as entidades acabaram de receber uma nova portaria, publicada pelo Ministério no começo de abril, a Portaria nº 115 já mencionada aqui por diversos atores, e estão tendo que fazer uma série de adaptações em seus estatutos por conta dessa portaria, com prazo de 90 dias, a contar do começo de abril.

Então, temos que tomar cuidado — falamos isso aqui em nome das entidades que são parceiras, como o próprio Marco Aurélio e o Agustin — para não penalizar as entidades colocando uma mudança em cima da outra que provavelmente vão levar a



ter que fazer outras alterações custosas e que implicam muitas questões logísticas para essas entidades que, vale lembrar, muitas vezes são muito pequenas.

O nosso pedido, para tentar resumir um pouco, falando em nome da Atletas pelo Brasil, é que realmente consigamos pelo menos uma pequena extensão desse prazo para discutir e trazer um consenso. Nós nos comprometemos a trabalhar nisso com este grupo num prazo rápido — já estamos conversando com algumas entidades, algumas que estão aqui e outras que não estão. Acho que podemos ser ousados e dizer que conseguimos trazer em uma semana, mas não dá para, especialmente num projeto que está tramitando em caráter conclusivo, trazer ele para apreciação da Comissão amanhã. Isso significa provavelmente uma aprovação com o texto como está, que claramente não é o consenso do grupo aqui representado, e depois seguimos com ele provavelmente para o plenário, porque já tem um requerimento de urgência.

Nós achamos que isso atropela um pouco e podemos acabar com um remendo que vai ficar pior do que o soneto atual. Não quer dizer que os atletas não queiram participar. Eles querem participar inclusive da eleição de 4 em 4 anos, mas fazendo valer o que já está na alínea “g” do art. 18-A, nos órgãos colegiados de gestão, porque no dia a dia da gestão é que essa representação dos atletas realmente vai fazer diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Há duas perguntas aqui dos nossos internautas, que eu acho que a Louise já respondeu em parte.

O Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF — Conselho Federal de Educação Física, pergunta: *“Parabenizar Deputados Arnaldo Jordy e Valadares Filho pelo debate a respeito do colégio eleitoral. A experiência espanhola apresentada é bastante interessante. Porém, tenho manifestado preocupação quanto ao conceito e definição de atleta. O que é atleta? o que é ex atleta. Foi e é um grande avanço”*.

Eu acho que foi o que a Luiza abordou há pouco. Ele ainda diz: *“Complementando a pergunta: haver comissão de atletas e ex atletas nas entidades do esporte. Contudo, insisto na questão da definição e conceito”*.

O SR. DEPUTADO DELEY - Deputado Jordy, quem mandou essa pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A CONFEF.



O SR. DEPUTADO DELEY - É sempre ele!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem quiser depois abordar esse tema fique à vontade.

O outro é o André Padilha, professor aqui do Distrito Federal: *“Boa tarde. Gostaria de perguntar aos representantes dos atletas se eles conhecem o parecer ao PL 5894/2016, que traz a figura do Ficha Limpa para gestores de entidades desportivas. Manobras estão emperrando a sua aprovação. Os atletas deveriam apoiar essa iniciativa. André Padilha, Gama Brasília/DF”*.

Também quem quiser comentar, fique à vontade.

Eu passo a palavra ao Raimundo para fazer a sua observação.

Raimundo, antes deixe-me dizer que eu não sei quem definiu que o nosso prazo seria amanhã. Alguém soltou esse boato aí, porque eu já perguntei...

(Não identificado) - Está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O PL está na pauta, mas o nosso prazo inicial é 5 e 6 de julho, na semana do desporto, quando tentaremos apresentar pelo menos três ou quatro projetos importantes.

Então, o prazo de uma semana poderia se estender ao dia 4, que é a véspera, e vocês teriam duas semanas, digamos assim. É como o teto, quanto mais rápido melhor, porque esse debate está aberto para contribuições...

O SR. DEPUTADO DELEY - Nós vamos poder apresentar quantos projetos? Isso já está acordado com o Presidente Rodrigo Maia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está mais ou menos acordado.

O SR. DEPUTADO DELEY - Vamos apresentar só um, esse da eleição direta para os atletas. Eu acho que não precisamos apresentar mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, não. Existem outros também tão importantes quanto esse.

Nós temos que mudar a distribuição de recursos das loterias. Temos que valorizar mais a ponta, o foco da atividade-fim. Existe muito recurso na atividade administrativa.



V.Exa. vai se animar aí com as coisas que estão por vir. Aliás, eu concordo com o seu diagnóstico *ipsis litteris*. Agora com o pessimismo, nem tanto! Eu acho que dá para fazer muita coisa.

Por favor, Raimundo.

O SR. RAIMUNDO DA COSTA SANTOS NETO - Eu vou fazer aqui um aparte, porque o Deputado falou que estamos pedindo tempo para discutir.

O que ponderei aqui é que a discussão talvez não seja tão simples a ponto de amanhã poder chegar aqui e votar um projeto onde eu consiga fazer a diferença do que é atleta, do que é ex-atleta, qual tem que ter participação, qual não tem que ter participação, o que é um colégio de direção, como se faz isso dentro do clube, como se faz isso dentro de uma confederação.

São questões — já que vamos fazer uma lei — em que devemos ter muita cautela para que depois não criemos algo que seja inexecutável ou que seja muito complicado de ser executado.

Eu acho que os atletas estão aqui presentes sabem do esforço que o Ministério tem feito. O Ministério tem feito uma mudança radical nessa questão, tanto é que, como acabou de dizer a Louise, muitas entidades estão tendo que fazer a mudança de estatuto.

A portaria que regulamentava essa participação era de 2014, ou seja, já havia 4 anos e não havia nenhum tipo de alteração nela. Então, o Ministério trouxe os critérios mais claros, trouxe uma participação mínima de atletas, e, portanto, não dá para dizer que as coisas estão iguais e que o Ministério não tem trabalhado para que a gestão das entidades seja mais democrática.

Era isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEY - Presidente, em momento algum eu disse que o Ministério não está trabalhando. Eu só estou dizendo que estou aqui há quatro mandatos e que o principal eu não vi ocorrer.

Eu até queria fazer uma pergunta ao Dr. Mario, porque ele falou do modelo espanhol. O Dr. Raimundo está se batendo na conceituação do que é atleta. A minha amiga disse que isso já está formatado, já há uma ideia do que é atleta.

Eu não sei se há essa exigência... Como é isso na Espanha, Dr. Mario?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por favor, Dr. Mario.



O SR. MARIO DRUMOND COELHO - Obrigado, Presidente.

Eu vou responder à pergunta do Deputado Deley, e é claro que o meu intuito aqui é puramente objetivo no sentido de trazer uma contribuição igualmente objetiva para o nosso debate.

A legislação espanhola — e eu peço licença para entregar uma cópia dela ao Deputado Deley —, no seu art. 5º, inciso I, estabelece um conceito — vamos chamar de técnico — do que seria atleta para efeito dessa legislação, apenas e tão somente isso. Também estabelece o conceito técnico do que é clube, como também estabelece o conceito técnico do que sejam técnicos, juízes e árbitros, e também — o que é uma expressão interessante — outros coletivos interessados.

Eu faço aqui essa observação no sentido de dizer que a criação de um conceito técnico/normativo de atleta obviamente é possível, mas merece evidentemente uma reflexão, com calma, de modo que isso, se entrar em vigor, possa ter vida longa, para não termos que ficar mudando legislação de tempos em tempos.

Eu também peço licença para entregar uma cópia dessa legislação para o colega Dr. Raimundo, do Ministério do Esporte.

Obrigado, Excelências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

Vou passar a palavra ao Dr. Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO - Quero apenas fazer um comentário rápido sobre o que foi dito em algumas explanações.

Nós falamos bastante aqui sobre a questão das confederações. Mas tão importante quanto as confederações é a democratização das federações estaduais, porque me parece que elas são o cerne.

Imaginem o nível de opressão: se um atleta consagrado, um atleta exitoso, já se sente oprimido, imaginem um atleta lá num rincão iniciando a carreira dele!

Então, eu acho que é fundamental nós fazermos esse mesmo trabalho que fazemos hoje de pressionar as confederações com as federações estaduais. Eu acho que elas precisam ser revistas em termos de papel, organização e governança.

Eu só queria lembrar isso, porque é muito difícil moralizar o sistema no nível nacional sem esse trabalho. Um dos trabalhos que nós fizemos na CBVela foi o de revisar todas as federações estaduais, e todas as federações estaduais vão seguir os



mesmos princípios da confederação, com voto do atleta... Não há por que o atleta não votar numa federação estadual, da mesma maneira como está na confederação.

Então, eu acho que esse é um ponto de observação importante, porque nosso país é continental, as confederações cuidam muito do esporte de alto desempenho, e a base precisa que as federações funcionem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém quer falar?
(Pausa.)

Darei algumas informações antes de passarmos para a parte final. Só para termos uma ideia, amanhã o projeto estará pautado na Comissão. Para nós, o importante é avançar no texto. Provavelmente, alguém vai pedir vista. Isso é de praxe. Então nós teríamos mais uma semana para aprová-lo. De qualquer forma, se houver alguma necessidade, o prazo final é no plenário. A semana que nós estamos combinando com o Presidente no sentido de buscar projetos de consenso — são sete projetos que estão mais ou menos pactuados — é a semana de 5 e 6 de junho.

Mesmo que o texto, ainda que aprovado na semana que vem ou amanhã, ofereça alguma contribuição — e nós estamos procurando pactuar tudo: estamos levando em consideração todas as portarias do Ministério, estamos levando em consideração tudo que a Louise colocou —, nós teremos cautela para fazer o melhor texto, mas também teremos pressa por conta do calendário geral. Não podemos deixar isso para o segundo semestre em hipótese nenhuma! Isso está fechado na Comissão, porque senão correremos o risco de não aprovar esta matéria este ano. No ano que vem é outra legislatura, é outro acúmulo de processos na Comissão, são outros Deputados, enfim, zera tudo e começa tudo de novo.

Repito: os senhores não têm obrigação de entender um pouco disso, mas é assim que funciona. Nós temos que aprovar neste semestre até o dia 15 de julho, e o mês de junho, para nós, é o prazo para aprovar em plenário.

A aprovação na Comissão não significa o fechamento do debate, porque nós podemos ter uma emenda consensual que os senhores apresentem e, se ela tiver um consenso razoável, será apresentada como proposta de emenda ao Plenário.

Porém, acho que eu e o Deputado Deley já podemos assumir o compromisso de deixar essa votação para a semana seguinte, que era o prazo inicial solicitado pela Louise; e ainda há o prazo dos dias 5 e 6 de junho, que é o prazo de plenário, caso



haja uma proposta consensual. Agora, vou pedir um esforço aos senhores no sentido de que isso não fique muito em aberto, porque, pelo que já disse o Deputado Deley, pelo que todos nós aqui temos debatido, o modelo atual está falido, ele acabou, não tem condição mais de subsistir. Estão aí os resultados.

Só para dar uma ideia, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União fizeram, por sorteio de amostragem, em 11 confederações, investigação sobre as contas. Em dez foi constatada improbidade e houve algumas prisões, inclusive na Confederação Brasileira de Desporto Aquático, no vôlei, no atletismo e por aí vai.

Então aquilo que parecia exceção virou regra. Em grande parte, isto é por conta do modelo de governança, de gestão, de falta de transparência e de fiscalização, de recursos excessivos na atividade-meio e não na ponta. Enfim, por uma série de razões, resolvemos mexer um pouco nisso. É claro que a obra não será perfeita, qualquer que seja o resultado deste debate.

Nós estamos interessados em fazer o máximo de pactuação possível com os entes integrantes, ativos, que reclamam por isso, que chegaram a um consenso para a necessidade dessa mudança. A obra não será perfeita. Haverá alguém descontente, qualquer que seja o texto. Por exemplo: ali foi pactuado determinado tema, mas há divergência nisso. Isso foi decidido por um grupo. Nós precisamos agregar para tentar chegar ao máximo de consenso, sem pretender que haja unanimidade, que não haverá, até porque há gente que não tem interesse nessa mudança.

O SR. DEPUTADO DELEY - Até porque a unanimidade é burra, já dizia Nelson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É.

O SR. DEPUTADO DELEY - Aproveitando o gancho, corroborando com o que disse V.Exa., ele falou da Federação, e eu disse que o tal de Coronel Souto deve ter uns 30 anos de poder. Ou seja, esse é o modelo que nós queremos? Eu acho que ele deveria ter colocado o pijama há muito tempo. Esse é o modelo que está aí, Deputado Jordy!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ele e todos os outros.

O SR. DEPUTADO DELEY - Ele e muitos outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É claro.



O SR. DEPUTADO DELEY - Marco, quando eu falei da eleição direta, eu me referi principalmente às federações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É claro.

Qual é a necessidade de se fazer isso na estatura legislativa de lei? Com toda a boa vontade, nós temos dialogado muito com os Ministros, com Picciani, com o seu sucessor, com todos, no Ministério, procurando chegar ao consenso, porque uma portaria pode ser mudada a qualquer momento, amanhã, depois, ano que vem. O *status* de legislação pode mudar? É claro, pode mudar, mas exige debate, Comissão, participação, etc.

Se ninguém mais quiser opinar, agradeço imensamente a todos os nossos convidados presentes neste debate e aos nossos internautas. Espero que tenham sido abordadas as matérias apresentadas.

Damos por encerrada esta audiência pública, agradecendo a todos a presença e recolhendo as contribuições que possam ser enviadas até a semana que vem para enriquecer o texto do projeto.

Muito obrigado.